EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2019-MPPA-8ª PJ/MP

O Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no Art. 129, II, da Constituição Federal, Artigo 25, inciso IV, alínea "a", e art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, na Resolução nº 82/2012/CNMP e no âmbito do Procedimento Administrativo nº 002921-040/2019, da Promotoria de Justiça Agrária:

CONSIDERANDO a Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso XIV, da Lei Complementar nº 75/93 e inciso IV do parágrafo único do art. 27 da lei nº 8.625/93, que estabelece como atribuição do Ministério Público da União e dos Estados a promoção de outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Resolução nº 007/2018-CPJ, de 24 de abril de 2018, que prevê as atribuições das Promotorias de Justiça Agrária na atuação judicial e extrajudicial em conflitos agrários; no acompanhamento de políticas públicas de ordenamento territorial; na regularidade dos registros públicos; na garantia de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais; no cumprimento da função social da propriedade; no enfrentamento da violência no campo; e no acompanhamento de políticas públicas agrárias;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos coletivos e difusos da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO o predisposto no art. 5º, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988 e nas Leis nº 12.527/2011 e 10.650/2003, que estabelecem a garantia de toda e qualquer pessoa ter acesso às informações relevantes;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2018-CPJ, de 24 de abril de 2018, que criou o "Fórum Permanente do Ministério Público do Estado do Pará com a sociedade civil para Questões Agrárias e Fundiárias" com a finalidade de promover o debate e a participação da sociedade civil para propor ações ao Poder Público;

CONSIDERANDO que o Fórum Permanente do Ministério Público com a Sociedade Civil para Questões Agrárias e Fundiárias tem como objetivos a promoção de debates e oferecimento de espaço para a troca de experiências e ideias sobre questões agrárias e fundiárias, assim como a elaboração de sugestões e proposição de ações ao Poder Público a serem implantadas visando à solução de problemas agrários e fundiários;

CONSIDERANDO que resta instaurado na 8ª Promotoria de Justiça de Castanhal (Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região) o Procedimento Administrativo nº 002921-040/2019, destinado a acompanhar as ações do Fórum permanente do Ministério Público do Estado do Pará com a sociedade civil para Questões Agrárias e Fundiárias;

CONVIDA:

Aos interessados para a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** no dia **30/09/2019**, com início às **08h30 às 17:00 h**, no Auditório das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de BELÉM, localizado na Rua Angelo Custódio, 85, Bairro Cidade Velha, Belém-PA a qual terá os seguintes **objetivos**:

- Instalar o Fórum Permanente da 1ª Região Agrária do Ministério Público do Estado do Pará com a sociedade civil para Questões Agrárias e Fundiárias, criado como instância destinada a levantar

demandas sobre os temas agrários e fundiários, bem como realizar estudo, em conjunto com a sociedade civil, para soluções e encaminhamento de demandas aos setores responsáveis;

- Consolidar o Comitê Gestor da Sociedade Civil, responsável pela coleta de demandas, realização de estudos e estabelecimento de plano de trabalho junto ao Ministério Público, o qual deve ter o compromisso de participar ativamente das discussões e propor soluções e encaminhamentos para as questões tratadas.

DA PROGRAMAÇÃO.

1. Apresentação do Fórum e da Metodologia de ação e Formação do Comitê Gestor, apresentando atribuições e compromissos, bem como o Termo de Compromisso que envolverá a participação e disponibilidade para reuniões, o qual poderá ser formado por instituições, organizações e movimentos sociais com atuação do Pará.

2. Apresentação de informações pelos órgãos públicos e convidados sobre temas previamente selecionados como prioritários para realização do debate, dentre os quais estão: Remoções Forçadas e Proteção de Defensores de Direitos Humanos; Transparência Agroambiental; Gestão do Patrimônio Fundiário; Gestão de Assentamentos da Reforma Agrária;

3. Debates sobre os temas previamente selecionados; identificação de outros temas que demandam tratamento pelo Fórum; Consolidação do Comitê Gestor da Sociedade Civil.

DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Os interessados poderão participar diretamente, apresentando contribuições para o debate da matéria em pauta e propondo novas pautas.

Os questionamentos poderão ser feitos por escrito ou oralmente, por tempo não superior a 03 (três) minutos.

As inscrições para intervenções devem ser feitas até uma hora após a abertura da Audiência Pública, encerrando-se as inscrições após este horário.

Ao final, será apresentada pela coordenação uma avaliação geral das contribuições obtidas na Audiência Pública e os encaminhamentos pertinentes, dentre eles a identificação de temas prioritários para tratamento pelo Fórum, bem como a formação de Grupos de Trabalho que realizem o estudo dos temas e apresentem propostas de encaminhamento.

Será lavrada, em até 05 (cinco) dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, sendo o extrato divulgado nos termos da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Providencie-se o envio de notificações e convites para participação na audiência pública, que deverão seguir acompanhados de cópia deste edital.

Divulgue-se o presente edital em conformidade ao que disciplina a Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Castanhal/PA, 12/09/2019.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA
Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região (Castanhal)